

A CIDADANIA DE MORADORES DE BAIRROS POPULARES: O CRESCIMENTO POPULACIONAL DE GOIÂNIA E A EFETIVAÇÃO DOS JARDINS DO CERRADO

THE NEIGHBORHOODS RESIDENTS CITIZENSHIP: THE POPULATIONAL GROWTH OF GOIÂNIA AND THE EFFECTUATION OF JARDINS DO CERRADO

LUAN DO CARMO DA SILVA

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Professor de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
luandocarmo@msn.com

Resumo: Este trabalho objetiva analisar o crescimento populacional goianiense a partir de incrementos migratórios no total da população do município. Por Goiânia ter se mostrado como forte polo de atração de migrantes vindos de diversas regiões do estado e do país, o poder público, a partir da pressão existente, em prol da moradia, constrói bairros populares para abrigar a população desprovida de recursos. Entretanto, estes bairros são afastados do Centro para que se mantenha a valorização imobiliária das áreas consolidadas, gerando lucro para a classe dominante. A partir deste trabalho, foi possível constatar a Cidadania cotidiana – a Cidadania real a que se tem acesso – dos moradores dos Jardins do Cerrado: que ainda hoje não possuem ruas asfaltadas, poucas áreas de convivência pública e casas extremamente pequenas e próximas umas das outras – fatos este que inviabilizam direitos básicos como, circulação, privacidade, salubridade, direito ao ambiente, bem estar físico e social, lazer, dentre outros. Para a efetivação do trabalho recorreu-se a dados demográficos e visita de campo, assim como entrevista de modo a referendar a discussão ora apresentada.

Palavras chave: Migração. Crescimento de Goiânia. Bairros populares. Jardins do Cerrado.

Abstract: This paper objectifies to analyze the population growth of Goiânia from the migratory increases in the total population of its municipality. Goiânia has been shown as a strong polo for migrants who came from several regions of the state and of the country, the public power, by the existing pressure, in benefit of the housing and build popular neighborhoods to shelter the population deprived of resources. However, these neighborhoods are far from the Center to keep the real estate value of already consolidated areas, creating profit for the dominant class. From this work, it was possible to identify the daily Citizenship – the real accessible Citizenship – of the Jardins do Cerrado's residents: still nowadays there are not any paved streets, few public living areas and extremely small houses too close to each other – facts that hinder basic rights as circulation, privacy, salubrity, right to the environment, physic and social wellness, leisure, and others. For ensuring the work we used demographic data and field visits , and interviews in order to endorse the argument presented here.

Keywords: Migration. Growth of Goiânia. Popular neighborhoods. Jardins do Cerrado.

1. INTRODUÇÃO

Mesmo que as áreas que hoje compõem o estado de Goiás não tenham sido as mais promissoras à época do declínio das minas de ouro¹, não se pode negar que estas mesmas áreas mostraram-se, no decorrer da história como de grande atração de migrantes das diversas regiões do país. Alguns fatos podem referendar tal premissa, dentre os quais: apogeu do ciclo econômico da mineração; programas nacionais de colonização agrícola; procura por terras

¹ Trata-se da “baixa” lucratividade obtida com o trabalho nas minas devido a dificuldade em se encontrar ouro em áreas antes abundantes.

mais baratas; e a influência que Goiânia (atual capital do estado) tem exercido no cenário nacional enquanto metrópole (CASTILHO, 2010a).

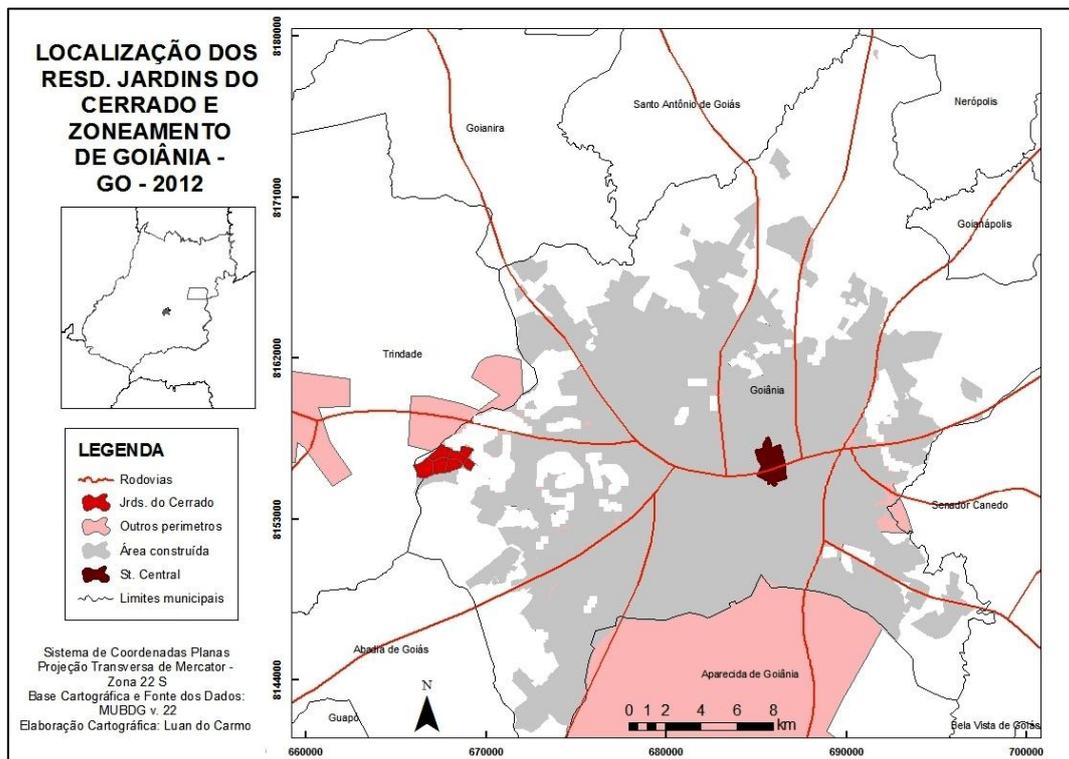
Este trabalho objetiva analisar os fatores de crescimento da população goianiense, em especial a partir da parcela de migrantes e a consequente construção de bairros populares no município para comportar este contingente populacional, o qual por sua vez, desprovido de renda satisfatória para adquirir moradia por conta própria se vê obrigado a recorrer à intervenção do poder público. Para se alcançar este objetivo, foi-se necessário entender o processo de constituição da cidade de Goiânia a partir de seu viés espacial e sua função na rede urbana – uma metrópole no Cerrado, polissêmica por natureza e com forte atração de migrantes.

Para a efetivação deste trabalho elencou-se como aporte empírico de bairro popular o conjunto de bairros dos Jardins do Cerrado (Mapa 1), localizados às margens da rodovia estadual GO – 060 (Rodovia dos Romeiros) a qual faz a ligação de Goiânia à Trindade. Este conjunto de bairros é composto atualmente por sete (7) etapas, das quais seis (6): Jardim do Cerrado I, II, III, IV, V e VI fazem parte do pacote de moradias do “Programa Municipal de Habitação de Interesse Social: A Casa da Gente” coordenado pela prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Habitação (SMHab), voltado para famílias carentes que residiam em áreas de situação de risco ambiental e social, sobrevivendo com renda abaixo da linha da pobreza ou sem qualquer rendimento. E a etapa de número sete (Jardim do Cerrado VII) que faz parte do “Programa Minha Casa Minha Vida” do governo federal voltado para famílias de baixa renda, mas que podem pagar por suas moradias.

O conjunto de bairros dos Jardins do Cerrado, conforme o Mapa 1, está nas proximidades da área conurbada entre Goiânia e Trindade, área esta conhecida como Trindade II, com pouca infraestrutura disponível e com população residente extremamente carente a qual possui maior vínculo com Goiânia que com Trindade (RODRIGUES; BARREIRA; CHAVEIRO, 2008). Outro fato também observado é a distância entre o conjunto de bairros e o Centro da cidade (aproximadamente 20 km), que aliada ao problema do transporte coletivo dificulta a circulação e o consumo dos/nos espaços da cidade.

A partir dos apontamentos iniciais do trabalho, fez-se revisão bibliográfica; tratamento de dados de fontes secundárias como as disponibilizadas pelos Censos Demográficos do IBGE e órgãos de planejamento e gestão de diferentes esferas do poder público; e, a última etapa de aquisição de material para o trabalho se deu perante o

reconhecimento da área (visita de campo) e entrevista com o assessor do ex-secretário de habitação do município de Goiânia.



Mapa 1 - Jardins do Cerrado no contexto da cidade de Goiânia.
 Fonte: Autor, 2012

Antes, porém de seguir o texto, faz-se necessário estabelecer os conceitos de migração e migrante(s) utilizados neste trabalho. O primeiro conceito diz respeito à sujeição do trabalho vivo ao capital, isto é, a busca de um emprego por pessoas que precisam garantir suas sobrevivências da maneira que elas acreditam ser a mais plena possível. Para Chaveiro, Calaça e Rezende (2009) o ato de migrar atualmente está vinculado ao poder que o capital exerce sobre os lugares – tornando-os atrativos ou não – e sobre as pessoas – as quais migram muito mais por questão de sobrevivência que por comodismo (BECKER, 1997). Dessa forma o indivíduo (trabalho vivo) apresenta-se submisso às condições impostas pelo capital às localidades em um determinado momento. Significa dizer que o migrante é o sujeito que se movimenta forçadamente, ou de maneira induzida (ZAMBERLAM, 2004), entre as localidades mediante a força de atração de capital de determinada localidade frente às demais.

2. MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA EM GOIÁS E URBANIZAÇÃO

Para compreender a organização histórico-social e espacial do estado de Goiás dois aspectos precisam ser tomados em interdependência – são eles a modernização da agricultura

e a urbanização dos municípios do estado. Diferentemente do que propõe Lefebvre (2001) para a Europa e América Anglo-Saxônica, em Goiás, o crescimento e desenvolvimento das cidades esteve mais ligado à agricultura que à indústria (GOMES, TEIXEIRA NETO, BARBOSA, 2005; TEIXEIRA NETO, 2008). A indústria em larga escala, chega à Goiás, ligada também as atividades do setor primário, apenas mais recentemente é que por aqui se instalaram indústrias voltadas para outros segmentos da economia. Segundo Pádua (2008, p. 87):

A urbanização goiana aconteceu acima da média nacional, não só decorrente da industrialização, como aconteceu em nível de Brasil, mas principalmente em função do processo da modernização agropecuária, ou seja, pela substituição do homem pela máquina, as pessoas iam para cidade em busca de emprego. Outro motivo foi a construção de Goiânia e Brasília, atraindo vários migrantes para o Estado goiano e seus arredores.

Faz-se necessário estabelecer o que, neste trabalho é entendido como modernização e urbanização. Para o primeiro, tem-se que “o conceito de modernização [...] é abrangente, já que está relacionado a um conjunto de transformações que se processam nos meios de produção, mas também na estrutura econômica, política e cultural de um território” (CASTILHO, 2010b). E o segundo conceito pode ser entendido para além do que indicam Gomes, Teixeira Neto e Barbosa (2005, p. 103): “processo de desenvolvimento e concentração da população nas cidades”, isto é, pode-se pensar a urbanização como:

Um processo espaço temporal de estruturação de um território e simultaneamente como resultante deste mesmo processo que transcende as concepções da arquitetura, do urbanismo e da economia entre outros. Um processo onde as desigualdades geográficas, econômicas, sociais etc... (*sic*) conjugadas à mobilidade espacial e setorial do trabalho contribuem para alterar o território, subordinadas às necessidades gerais de reprodução das relações sociais e espaciais de produção e ao desenvolvimento do meio técnico-científico. Este processo que cria fixos e fluxos tem uma resultante que se expressa espacialmente em duas escalas: a cidade (...) e a rede urbana. (LIMONAD, 1996, p. 28)

Para Gomes (2008, p. 371), o campo goiano contemporâneo constitui-se como um “grande vazio demográfico, resultante do êxodo imposto pela entrada maciça do grande capital”. Teixeira Neto (2008, p. 263), no entanto, expõe que não foi somente a modernização da agricultura que induziu ao êxodo rural, também possui sua parcela de contribuição para a efetivação deste fenômeno as “políticas fundiárias que privilegiam a concentração da propriedade nas mãos de grandes proprietários e de grandes empresas”. Por isso mesmo, Almeida (2002) afirma que a modernização do campo consolidou o latifúndio e fez quase que

desaparecer² a figura do trabalhador rural, conforme dados do último Censo Demográfico, apenas 583.074 goianos vivem no campo, contra 5.420.714 que vivem nas cidades (IBGE, 2011).

O campo em Goiás representado, anteriormente, pela fazenda goiana quase que autossuficiente para seu dono e agregados (ESTEVAM, 1998), passou a ser representado pela empresa agrícola, a qual por se mostrar altamente dependente da técnica, dispensa a mão de obra desprovida de conhecimento para operar o maquinário, o qual assume o serviço antes desempenhado pelos trabalhadores rurais. Essa é uma das justificativas do baixo índice populacional no campo atualmente se comparado à cidade.

A partir da tabela 1 é possível afirmar que após 1970, parte significativa da população residente em Goiás passa a se concentrar nas áreas urbanas. Considerando-se que esta mesma década é entendida o início da inserção das áreas agrícolas do estado ao contexto da produção internacional com as correções de solo, utilização de sementes melhoradas, dentre outros fatores (cf. Santos e Silveira, 2005; Moysés e Silva, 2008; Castilho, 2010a), pode-se então pensar em correlação entre a modernização do campo (e sua conseqüente entrada no circuito internacional da produção) e alteração no modo de viver, morar e reproduzir a vida no estado de Goiás.

Tabela 1: Goiás - População segundo situação de domicílio 1950-2010

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
1950	219 370	791 510
1960	541 469	1 084 907
1970	1 134 242	1 325 765
1980	2 172 965	1 056 254
1991	3 241 119	771 443
2000	4 390 660	605 779
2010	5 420 714	583 074

Fonte: Censos Demográficos - IBGE (2000; 2010). Org.: Autor, 2012

As alterações nos modos de viver, morar e reproduzir a vida, segundo Chaveiro, Calaça e Rezende (2009) estão ligados aos modelos trazidos pelos meios de comunicação, os

² Os termos “campo vazio” e “desaparecimento da população do campo” são utilizados neste texto na tentativa de contrapor a inversão que ocorreu em Goiás no que diz respeito ao local de residência dos goianos. Isto é, se até, aproximadamente 1960, a população do estado residia predominantemente no campo, após 1970, por razões diversas, os goianos passaram a residir em número cada vez maior nas cidades.

quais cada vez mais recomendam o consumismo aliado ao individualismo, por isso mesmo, ainda segundo esses autores, as famílias goianas³ têm diminuído de tamanho. Chaveiro, Calaça e Rezende (2009) expõem que o perfil populacional do estado tem mudado, segundo os autores, em 1970 as famílias goianas se mostravam com média de seis filhos, sendo que grande parte dessas famílias (68%) moravam no campo (IBGE, 2003). Em 2000 as famílias goianas caracterizavam-se por possuir 2,07 filhos por mulher, já em 2010, essa taxa chegou em 1,75 filhos por mulher (IBGE, 2011). Essa mudança na dinâmica populacional de Goiás se deu pelos avanços na medicina, ingresso da mulher no mercado de trabalho, planejamento familiar, dentre outros fatores.

Mesmo que com taxas de fecundidade em constate declínio, Goiás mostra-se com população residente em proporção inversa, isto é, em constante crescimento (conforme Tabela 1). Este fato pode ser explicado pelos “crescentes saldos migratórios que vem sendo mostrado a cada nova pesquisa do IBGE: a região Centro-Oeste como um todo vem se destacando como novo eixo de atração populacional, e o estado de Goiás, em particular, é o maior receptor de migrantes” (MOYSÉS, CUNHA, BORGES, 2011, p. 3). Pode-se verificar a atual composição da população goiana, no que diz respeito ao local de nascimento (Grandes regiões) no gráfico abaixo (Gráfico 1). Mesmo que mais da metade da população goiana recenseada em 2010 seja natural do estado, aproximadamente 30% dos atuais moradores de Goiás são oriundos de outros estados do país, e até mesmo de outros países, isso demonstra que o estado ainda possui forte capacidade de atrair migrantes. Sabendo-se que grande parte da população goiana vive nas cidades, é relevante a pergunta: qual o papel de Goiânia (maior aglomeração urbana do estado) no contexto da atração de migrantes do campo goiano e de outras regiões do país?

3. GOIÂNIA: CENTRO DE DECISÕES E POLO DE ATRAÇÃO

Goiânia se mostra como uma cidade altamente atrativa para migrantes de outras partes do país, segundo dados do Censo 2010, do total da população residente na cidade, (1.302.001) 614.406 pessoas não são naturais do município, e dentre estas, 331.170 são de municípios de outros estados que não Goiás, conforme ilustrado no gráfico a seguir (Gráfico 2), fica perceptível a parcela de migrantes que vivem em Goiânia, isso sem levar em consideração pessoas que mudaram para o município e, não conseguindo *habitar* (LEFEBVRE, 2001) na cidade, devido ao custo de vida com aluguel e outros encargos,

³ Entende-se que o atual “modelo” de família com cada vez menos pessoas é um fenômeno que não está presente somente em Goiás, mas no mundo como um todo.

optaram pelo *habitat* (op. cit.) em municípios da região metropolitana e trabalhar, estudar e frequentar outros espaços de convivência na/da capital.

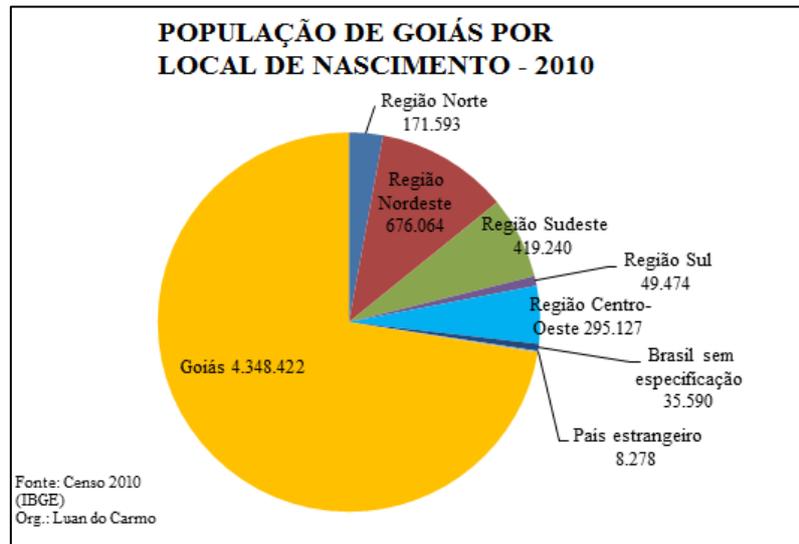


Gráfico 1- População de Goiás em 2010 por local de nascimento.
Fonte: Autor, 2012

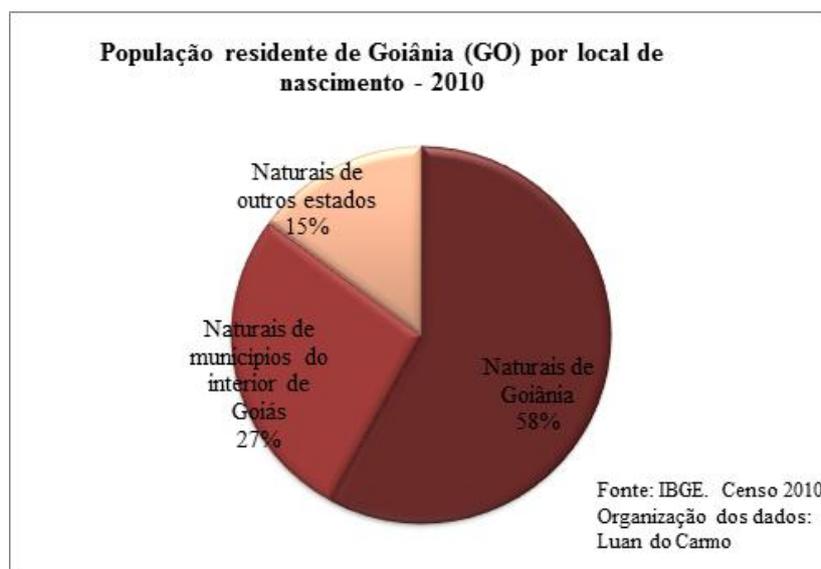


Gráfico 2 – População de Goiânia: naturais e não naturais do município
Fonte: Autor, 2012

Outra possível justificativa para estes dados é inicialmente a afirmação de Santos (1996), para quem o migrante, em geral, não sai de sua terra natal apenas em busca de aventura, mas à procura de melhor qualidade de vida e cidadania. Como um dos meios de aumentar a qualidade de vida é obter renda condizente com os gastos das necessidades básicas, Goiás merece destaque, porque se mostrou como unidade da federação com grande geração de empregos formais em 2011 (CAGED, 2012). Sendo que o maior número das vagas

criadas estão nos serviços (28 mil), comércio (14 mil), indústria (11 mil) e construção civil (4 mil). Com isso, pode-se pensar que quem migra para Goiás em busca de emprego dificilmente terá no campo a sua principal opção de trabalho, uma vez que as atividades citadas estão mais relacionadas com ambiente urbano, em maior ou menor grau.

O Produto Interno Bruto do Estado de Goiás está composto da seguinte maneira, 58,97% de serviços, 14,02% de agropecuária e 27,01% de indústria (SEGPLAN/SEPIN [IBM]⁴, 2012), o que demonstra que o forte da economia goiana atualmente é a prestação de serviços. Entretanto, a agropecuária mesmo com a menor participação no PIB, ainda assim merece destaque porque se considerarmos o grau de transformação dos produtos agropecuários goianos ver-se-á que boa parte do produzido no setor primário no estado possui baixo grau de transformação, agregando assim, o mínimo de valor ao produto, tornando a parcela do PIB da agropecuária a menor. A partir dos dados da SEGPLAN/SEPIN [IBM] (2012), contidos no Gráfico 03, pode-se constatar que as maiores economias do estado são de municípios voltados para a prestação de serviços e atividade industrial, como já explicitado, talvez o setor agropecuário possua pouca representatividade porque o valor agregado ao produto final seja ínfimo, se comparado aos demais setores da economia.

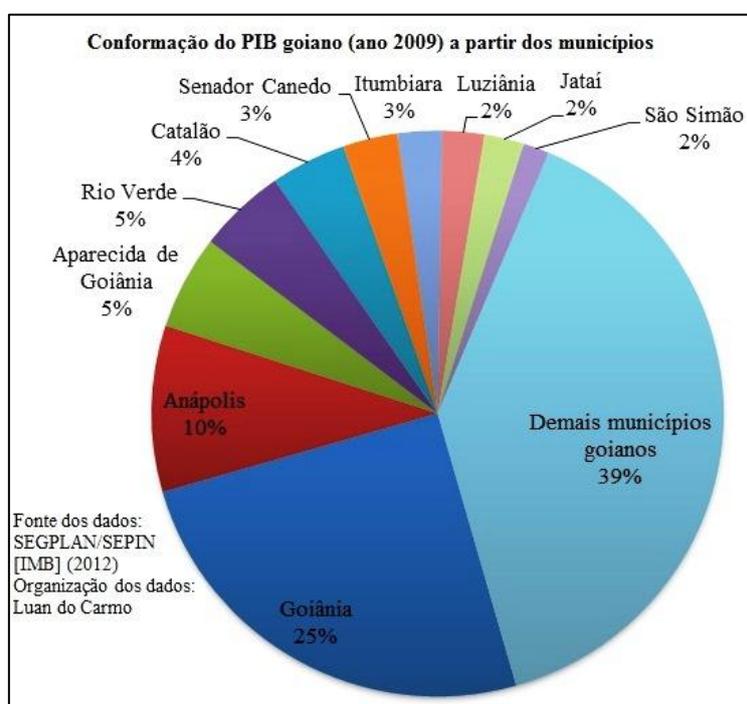


Gráfico 3 - PIB Goiano por maiores economias municipais (2009)

Fonte: Autor, 2012

⁴ IBM - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

Pode-se entender também a alta presença de migrantes na composição da população residente de Goiânia a partir de sua rede de influência no país. Segundo dados do IBGE (2008) a cidade de Goiânia influencia fortemente todo o estado de Goiás e Tocantins, além do oeste baiano, sul do Maranhão e sudeste do Pará. Com isso, é possível inferir que pessoas destas localidades, ao migrar por alguma razão, procurem Goiânia como destino, já que esta cidade é vista como polo de destaque no comércio, prestação de serviços, educação (nível superior) e saúde (op. cit.).

Lefebvre (2001) ao diferenciar as cidades no plano espaço-temporal argumenta que existe um tipo de cidade que, *grosso modo*, está no “topo” (ou centro) de uma rede de cidades, pelo fato de ser a base do Estado moderno, isto é, a base do poder centralizado, esta cidade é a capital. Para Almeida (2002, p. 140), a partir do exemplo brasileiro, “foram as cidades maiores, geralmente as capitais, que, pela configuração de vários fatores, exerceram a função de polos indutores do desenvolvimento e receberam, por consequência, os maiores fluxos migratórios”. Nesse sentido, encontra-se outra possível justificativa para a forte influência de Goiânia sobre uma determinada rede urbana, no que diz respeito à atração de investimentos públicos e privados, e conseqüentemente da atração de migrantes que procuram lugares nos quais a produção/reprodução de suas vidas seja menos conturbada – social e economicamente.

Segundo Arrais (2004, p. 82) a migração de pessoas de outros estados para Goiás, tem favorecido a formação de “extensas periferias nos entornos tanto de Goiânia quanto de Brasília”. Em pensamento consoante, Chaveiro e Calaça (2008) estabelecem que a forte concentração de capital nas metrópoles do Cerrado – Goiânia e Brasília – e em outras cidades como as do entorno dessas metrópoles e do Sudoeste de Goiás, proporciona, em igual medida, a atração de migrantes que procuram melhores condições de vida, mas em geral, acabam somente, expondo, assim “a desigualdade social que tal adensamento constitui” (op. cit., 295).

Goiânia (Gráfico 4) representa bem o que aconteceu em Goiás após 1970, ou seja, forte crescimento da população urbana. Em Goiânia, entre as décadas de 1950 e 1980, o que se percebe é o crescimento da população em taxas que variam de 2,3 a 2,8 vezes sobre a década anterior, isto é, a cada dez anos a população residente em Goiânia mais que dobrava. Este crescimento pode indicar a constante chegada de pessoas de outros municípios a capital de Goiás, já que como mencionado no tópico anterior, a taxa de fecundidade da mulher goiana a cada década diminuía.

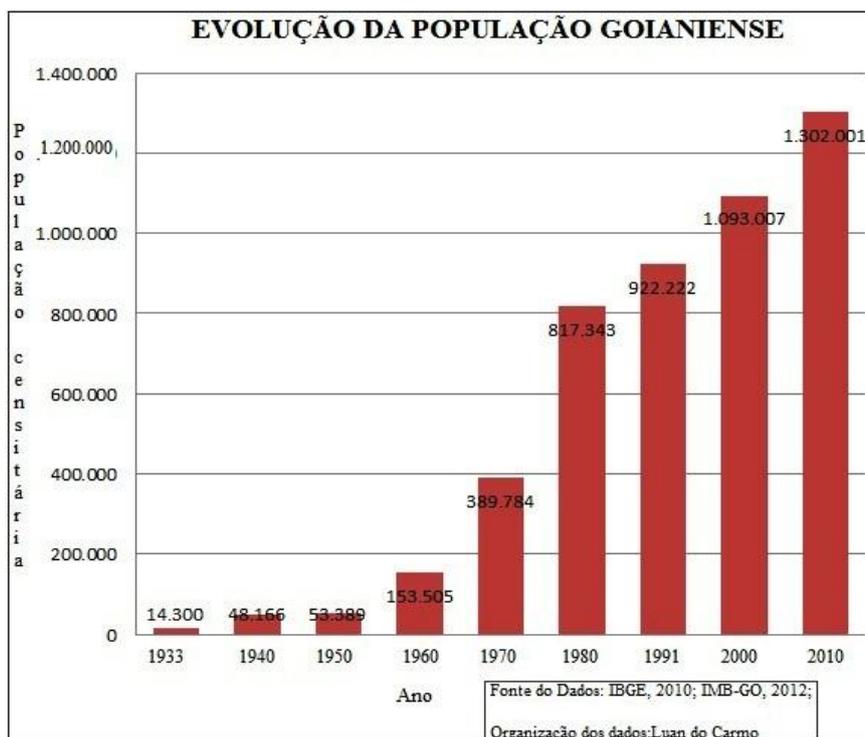


Gráfico 4 - População goianiense 1933 - 2010 (em décadas)
Fonte: Autor, 2012

A partir do exposto surgem as perguntas: onde essas pessoas, que migram para Goiânia, passam a morar? Qual a relação do poder público com esses locais? Qual o nível de cidadania que alcançam estas pessoas na cidade de Goiânia? Estas perguntas são as bases para o próximo tópico deste artigo.

4. BAIROS POPULARES x O DIREITO DE MORAR: EXEMPLO DOS JARDINS DO CERRADO EM GOIÂNIA

A cor dessa cidade sou eu
O canto dessa cidade é meu
O gueto a rua a fé eu vou andando a pé
Pela cidade bonita o toque do afoxé
E a força de onde vem
Ninguém explica ela é bonita
(Daniela Mercury)

A música de Daniela Mercury retrata bem o contexto deste tópico: traz os traços das pessoas que vivem em um determinado contexto urbano, tornando este contexto a “própria” cara de seus moradores. Para Moraes e Cavalcanti (2011) as práticas sociais de moradores das diferentes áreas da cidade faz parte da identidade desses lugares. Outro aspecto da música que pode representar o texto é a expressão “canto da cidade”, que pode ser interpretada como a porção da cidade que foi destinada para um determinado grupo social ocupar. E se se observar

a localização dos Jardins do Cerrado se perceberá que este conjunto de bairros está, literalmente no “canto” da cidade de Goiânia, no limite deste município com o município de Trindade. Qual é a cidadania dessas pessoas que moram no “canto” de uma cidade?

Atualmente o conceito de cidadania tem se voltado para algo extremamente abrangente, além de ser entendido como, os direitos essenciais – e não somente os mínimos – para a sobrevivência de um determinado grupo. A cidadania também pode ser entendida como a garantia de ter direitos (CAVALCANTI, 2008), dando, assim a oportunidade da busca da melhoria de condições de vida pela contestação de uma ordem posta.

Para Buffa (1988) a pessoa no Brasil, dificilmente se constitui enquanto cidadão, mesmo com tanto discurso a esse favor. A explicação para esta posição da autora vem de sua constatação de que, no Brasil de tão desigual que é a organização econômico-social e cultural, as classes mantêm-se cada vez mais afastadas. Os ricos não precisam de cidadania, porque os privilégios que possuem satisfazem suas necessidades, e os pobres não alcançam o bem da cidadania porque ou não conseguem assimilá-lo e utilizá-lo no cotidiano, ou quando esclarecidos sobre a mesma, são reprimidos pela força do Estado, o qual prefere manter o *status quo* da organização social. É o que Massey (2012) argumenta sobre aqueles atores sociais que mais deveriam se preocupar com a cidadania das “pessoas comuns”, em muitos casos, e em sociedades ditas democráticas, isto acontece implicitamente, acabam por reduzir o alcance da cidadania plena e da democracia.

O pouco acesso à autonomia e a democracia são questões que levam o projeto de efetivação da cidadania brasileira para o atual estágio no qual se encontra. A preocupação em formar um cidadão que pense os rumos da sociedade, as questões ambientais, que busque seu crescimento pessoal, mas com respeito e solidariedade com o outro, são pouco difundidos nas escolas brasileiras, assim como em outros meios formativos. Dentre os bens trazidos pela cidadania, pode-se citar: acesso à moradia, direito ao uso dos espaços da cidade, lazer, educação, ambiente, bem estar físico e social etc.

Sendo a moradia, uma das premissas da cidadania, o poder público, quase sempre a partir de estratégias demagógicas, constrói bairros afastados das áreas centrais das cidades destinados em sua maioria para a população pobre – que não tendo como pagar por uma moradia digna, submete-se a condições subumanas de morar. É importante salientar que o termo “áreas centrais” aqui no texto diz respeito às áreas das cidades dotadas de infraestrutura e serviços urbanos (públicos e privados) em quantidade e qualidade suficiente para que a



população residente não se sinta socialmente marginalizada. Conforme afirma Santos (1996), o direito de morar, ou o acesso à moradia, seja talvez o principal elo entre o indivíduo e sua cidadania, logo após o consumo. Inclusive, para o autor confunde-se muito o direito à moradia com o discurso da “detenção” da propriedade privada, já que o consumo é a face mais difundida da cidadania, e neste caso, abrange o direito de morar, tornando-o “o direito de comprar uma casa”. Pode-se mesmo inferir que o discurso da obtenção da moradia, e a sua efetivação, por famílias carentes as torna muito mais cidadãs pelo fato de possuir o imóvel, que propriamente pelo direito de habitar a/na cidade.

Talvez o mais interessante para estas famílias carentes e aos cofres públicos fosse estabelecê-las nos lotes e construções desocupadas das áreas consolidadas da cidade, mas este fato inviabilizaria apelos em campanhas eleitorais, além de impasses com os donos do capital – os quais são os “detentores do direito” à terra urbana, por terem pagado pela mesma. Outro fator a favor da aquisição de áreas em bairros já consolidados da capital seria a perspectiva ambiental, já que com a não transferência das famílias para os Jardins do Cerrado, a área que hoje abrange o conjunto de bairros, permaneceria figurando como área de recarga do lençol freático, zona de estabilização da temperatura da cidade e outros benefícios ambientais os quais foram relegados a segundo plano com a construção dos bairros.

Ainda sobre a questão ambiental, sabe-se que esta é um das discussões mais em voga no atual momento da sociedade, surgindo apelos para as cidades sustentáveis, cidades inteligentes e outras formas de ocupação do espaço que sejam menos prejudiciais ao ambiente, e conseqüentemente aos seus moradores. Goiânia surgiu a partir de um discurso ambiental e sanitário extremamente forte, entretanto, conforme apontam Barreira e Deus (2006) desde muito cedo a cidade perdeu áreas destinadas ao uso coletivo e de preservação ambiental para empreendimentos públicos e privados. No conjunto de bairros dos Jardins do Cerrado o que se observou (Figura 1) foi a pouca preocupação com a questão do conforto ambiental, por exemplo, casas muito pequenas e próximas uma das outras; ínfimo espaço para a implantação de vias com calçadas propícias a plantação de árvores; número irrisório de praças e outros aspectos que possam colaborar com a questão ambiental. Pode-se argumentar que como o conjunto de bairros ainda é recente alguns destes benefícios surjam a partir da consolidação da ocupação dos bairros, entretanto, o mais sensato seria que estes aspectos fizessem parte do projeto inicial e, desde o início fossem implantados.

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO JARDIM DO CERRADO I E VI

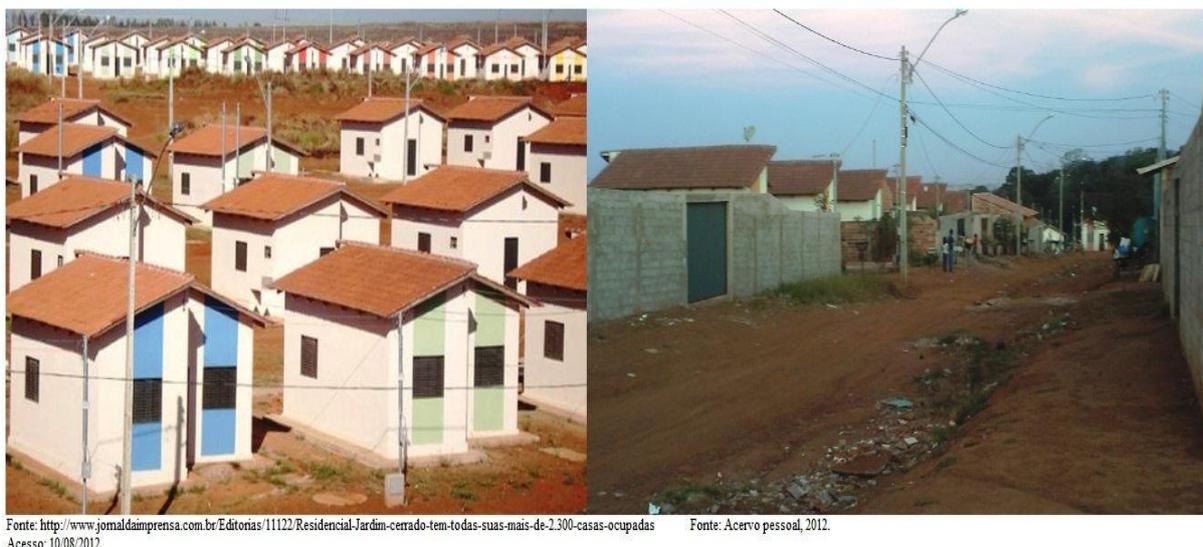


Figura 1 – Casas e arruamento nos Jardins do Cerrado I e VI
Fonte: Autor, 2012

Freitas (2007) tratando de outro bairro popular de Goiânia (Residencial Vale dos Sonhos), afirma que a concretização do referido bairro foi um dos elementos propiciadores da eleição de um dos membros da Câmara de Vereadores de Goiânia à época. Mesmo que os contextos históricos de surgimento do Residencial Vale dos Sonhos e dos Jardins do Cerrado sejam diferentes, pode-se pensar que algo parecido ocorreu com os Jardins do Cerrado. A bem da verdade, o ex-secretário de Habitação de Goiânia foi reeleito à Câmara, utilizando como slogan de sua campanha elementos que remontam a efetivação dos bairros Jardins do Cerrado, mostrando-o como o principal, senão único responsável pelas construções das moradias. Inclusive, na época da campanha política podiam-se notar em diversas moradias dos bairros cartazes os quais estampavam o rosto do candidato, demonstrando o apoio da população ao ex-secretário.

Freitas (2007, p. 156) defende que “o intensivo processo de urbanização, aliado a políticas de atração de fluxos migratórios, possibilitou uma grande corrente de migrantes para Goiânia fazendo com que o déficit habitacional aumentasse gradativamente”. O que não é totalmente coerente com o que se percebe. O que pode ter acontecido, na verdade, foi o constante aumento do valor de troca dos lotes e moradias de Goiânia (o que é compreensível), já que aumentando a procura, o que está em oferta torna-se vendido por um preço mais alto que o habitual – ainda mais se se considerar que o “produto” em venda é terra em área urbana a qual, via de regra, ano a ano valoriza-se cada vez mais. Segundo a SEPLAM (2006) Goiânia possuía um estoque de lotes vagos em torno de 72.530, o que correspondia, à época, a 21% do

total de lotes da capital. Se a isso fosse somado à quantidade de casas e apartamentos vagos, que segundo o IBGE (2011) é de um total de 118.990 moradias, ter-se-ia que o problema da escassez de moradias em Goiânia é muito menor do que se pensa, o que existe é a não capacidade de obtenção da moradia por parte de alguns. Sendo esta incapacidade de obtenção de moradia corroborada principalmente pelos altos valores cobrados pelos donos dos lotes e casas a venda.

Mesmo que a escassez de moradia em Goiânia não seja uma verdade absoluta, o poder público optou por construir casas para a população carente que reside (resiste?) em áreas geomorfologicamente desaconselhadas. Mas quem são essas pessoas? Os próprios critérios de seleção das famílias atendidas pelo Programa Municipal de Habitação de Interesse Social: A Casa da Gente demonstram que o público alvo são migrantes com algum tempo de residência em Goiânia – mínimo de três anos morando na capital. Outro critério para ser contemplado pelo Programa é a pouquíssima ou nenhuma renda, o que pode denotar que os migrantes atendidos são aqueles que vieram para Goiânia sem preparo profissional, submetendo-se a condições subumanas de moradia – como residir em fundos de vales, ocupações de áreas públicas e privadas e outras situações precárias de moradia.

Para Arrais (2004, p. 113) “enquanto Goiânia se expandia para a periferia, muitos bairros com completa infraestrutura urbana foram acumulando uma grande quantidade de lotes vagos, podemos dizer que muitas dessas áreas, nas mãos de proprietários imobiliários e especuladores, estavam amadurecendo do ponto de vista da rentabilidade”. Pode-se inferir então que os órgãos públicos responsáveis pela regulação do espaço urbano são conviventes com a prática da especulação imobiliária e que a conquista da cidadania plena por pessoas menos abastadas pouco lhes diz respeito.

Em entrevista realizada com o assessor de imprensa⁵ do ex-secretário de Habitação do Município de Goiânia, Paulo Borges, obteve-se as informações contidas no Quadro 1. Acerca deste quadro vale destacar que a existência de uma coluna para o Jardim do Cerrado VII é apenas para fins de comparação entre uma área pela qual seus moradores podem pagar e outra em que seus moradores são parcialmente destituídos de rendimentos.

Ao analisar as informações e se conhecer efetivamente a realidade na qual está assentada os Jardins do Cerrado, tem-se, por exemplo, alguns equívocos nos dados. Um

⁵ A aquisição destes dados foi obtida junto ao assessor de imprensa de Paulo Borges por não ter sido possível marcar uma reunião com o mesmo, já que em plena campanha eleitoral, o candidato a vereador, não foi encontrado. E logo depois da campanha, tendo saído vitorioso nas urnas, o referido vereador acabou preso por denúncias de corrupção quando esteve na Secretaria de Meio Ambiente do Município.



exemplo é o caso do quesito “infraestrutura disponível”, na qual consta que os Jardins do Cerrado I a VI possuem ruas asfaltadas, o que foi verificado, é que é mínimo o número de arruamentos asfaltados nestes bairros, ao contrário do Jardim do Cerrado VII o qual se apresenta quase que sua totalidade pavimentado.

QUADRO 1 - DADOS GERAIS SOBRE OS JARDINS DO CERRADO - GOIÂNIA/GO (2012)

Designações	Jardins do Cerrado I a VI	Jardim do Cerrado VII
Público alvo	Famílias sem renda, ou renda extremamente baixa; moradores de área de risco ambiental.	Famílias com renda entre 0 – 3 salários mínimos, que podem destinar 10% da renda ao pagamento das parcelas da moradia.
Programa de moradia a que estão vinculados	Programa Municipal de Habitação de Interesse Social: A Casa da Gente (gov. municipal).	Minha Casa Minha Vida (gov. federal).
Número de famílias atendidas	1808 famílias.	Não consta.
Número de pessoas por moradias (média)	04 pessoas.	Não consta.
Tamanho do lote	225 m ² .	Não consta.
Área construída	45 m ² .	até 65 m ² .
Infraestrutura disponível	Quadras com grande número de moradias. Sendo que estas moradias são muito próximas umas das outras e sem muros.	Quadras muradas independentes; área de convivência comum para os moradores, com parquinho, churrasqueiras etc.; apartamentos em prédio no centro da quadra e algumas casas distribuídas pela quadra.
	Creches, escolas de Ensino Fundamental, rede de água e de esgoto, asfalto, transporte coletivo, rede de energia elétrica e iluminação pública.	
Serviços a cargo do governo do estado	Policiamento e escolas de nível Médio.	

Fonte: Entrevista com assessor de imprensa, Thiago Vieira; Brookfield Incorporadora. Org: Autor, 2012.

A existência de três linhas de ônibus que atendem o conjunto de bairros dos Jardins do Cerrado pode inferir a dependência de seus moradores ao sistema de transporte coletivo

para as mais diversas atividades cotidianas as quais não são supridas pelos bairros em que moram. E a manutenção de apenas uma destas linhas aos domingos e em horários de tradicionais de chegada e saída de trabalhadores aos sábados, demonstra que esses mesmos moradores pouco utilizam este serviço nos finais de semana. Talvez devido à distância do bairro em relação ao restante da cidade e aos problemas com o transporte coletivo, o lazer aos finais de semana se restrinja a interações sociais com vizinhos e familiares, conforme observado durante a visita de campo. No caso do Jardim do Cerrado VII existe a opção das pequenas áreas de convivência coletivas para a recreação, já nos outros bairros do conjunto, as atividades de lazer dos moradores ocorrem em seus lotes ou na Associação de bairros, a qual promove atividades culturais.

Ainda sobre o transporte coletivo, o que ficou perceptível também foi a constante reclamação dos moradores, por meio da Associação de bairros, junto aos órgãos competentes para a aquisição de linhas de ônibus que ligassem o conjunto de bairros ao Terminal Padre Pelágio em diversas horas do dia e todos os dias da semana. É como se as pessoas somente tivessem seus direitos garantidos a partir da exposição constante dos problemas pelos quais passam onde vivem, caso contrário o poder público e outros segmentos da sociedade manter-se-iam alheios a estes problemas.

No que diz respeito ao tamanho das moradias, vê-se que as construções são demasiada reduzidas. Se se considerar a quantidade de pessoas por casa, então estes 45 m² se mostram praticamente insuficientes para a garantia da privacidade de todos. Pode-se até argumentar que os lotes permitem a ampliação das casas, mas sabendo-se da realidade econômica dos moradores, esta ampliação fica em um constate por vir.

Sobre os serviços a cargo do governo do estado, o que se observou durante a visita em campo foi o constate patrulhamento dos bairros, entretanto não foi encontrada nenhuma escola de nível Médio no conjunto. A inexistência de escolas pode está ligada, primeiramente a uma “clivagem” político-partidária entre governo do estado e prefeitura de Goiânia, assim como a indiferença dos representantes com a educação formal – uma das bases da cidadania. Dessa maneira, tem-se que o conjunto de bairros que compõem os Jardins do Cerrado, muito têm que avançar para a concretização de um projeto de cidadania que seja condizente com as expectativas de uma sociedade democrática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir
A certidão pra nascer, e a concessão pra sorrir
Por me deixar respirar, por me deixar existir
Deus lhe pague.
(Chico Buarque)

Os versos da música “Deus lhe pague” de Chico Buarque expressam – resumidamente – bem a relação que grande parte da população brasileira (em geral desprovida de recursos financeiros) possui com o poder público e algumas medidas paliativas de setores da sociedade civil no “enfrentamento” da pobreza, falta de moradia e pelas oportunidades de emprego e renda. Mesmo a música sendo escrita em 1971, neste cenário, mostra-se como leitura atual daquilo que vem ocorrendo no Brasil e que foi uma das bases para este trabalho – a cidadania buscada, e em partes, obtida por pessoas que migram em busca de melhores condições de vida.

Goiás se mostra como um estado promissor, na geração de empregos, para pessoas que veem de outros lugares do país, especialmente nortistas e nordestinos, não obstante, a pouca qualificação profissional dos migrantes inviabiliza a sua inserção no contexto da oferta formal de empregos. Este verdade ficou mais à mostra com a modernização do campo goiano, a qual dispensou grande parte dos trabalhadores rurais locais pouco qualificados e “rejeitou” a inserção de migrantes, também pouco qualificados, no contexto do trabalho agrário – altamente dependente da técnica.

Estas pessoas se viram obrigadas então a migrar para as periferias das cidades ou se submeter à condição de trabalhador sem terra, engrossando ainda mais a parcela da população urbana brasileira de migrantes, pobres e desprovidos de conhecimento e recursos para a ascensão ao consumo, e somente então à cidadania – que de plena não tem nada.

Nas cidades, estas pessoas passam a viver em ocupações de terrenos públicos ou privados, ou ainda naqueles terrenos geomorfologicamente desaconselhados para construções, é a partir de então que o poder público intervém, com três objetivos principais: 1. Devolver áreas privadas invadidas para os proprietários legais, os quais não faziam uso da terra – especuladores imobiliários; 2. “Esconder” nas periferias a população pobre do município, a considerada “face feia” da cidade é levada para mais longe das áreas consolidadas da cidade; 3. Garantir em futuros pleitos eleitorais a eleição/reeleição de candidatos que se apropriam do discurso da moradia em benefício de si e de seus correligionários.



As consequências da migração e do êxodo rural não são de todas somente negativas para quem migra e para os espaços que recebem estes migrantes. Faz-se necessário destacar a troca de culturas entre pessoas de diferentes porções do território nacional, como algo relevante para o processo de reconhecimento da nação brasileira como una e coesa. Fortificando, dessa maneira o espírito cidadão participativo de cada membro da sociedade.

A cidadania no Brasil confunde-se com o poder de compra do indivíduo na sociedade. Relegando a segundo plano direitos essenciais para todos, tais como moradia, saúde, educação, meio ambiente, mobilidade, bem estar e outros. Pode-se mesmo falar que por aqui a cidadania está a serviço da economia de mercado, e não o contrário – como, em tese, deveria ser em territórios efetivamente democráticos.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. F. R. Transformações no padrão demográfico de Goiás nas últimas décadas. In: ALMEIDA, M. G. de (org.). Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002.

ARRAIS, T. A. Geografia contemporânea de Goiás. Goiânia: Vieira, 2004.

BARREIRA, A. A.; DEUS, J. B. Goiânia – da utopia à construção do lugar. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 60-69, jan/jul. 2006.

BROOKFIELD INC. Brookfield – Jardins do Cerrado. Disponível em: <<http://br.brookfield.com/Empreendimento/Interna/GO/jardinsdocerrado>>. Acesso: 11/12/2012.

CASTILHO, D. As transformações socioespaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 4, n. 3, p. 88-106, 2010a.

_____. Os sentidos da modernização. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v.30, n. 2, p. 125-140, jul/dez. 2010b.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BUFFA, E. Educação e cidadania burguesas. In: BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. (orgs.). Educação e cidadania: quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1988.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Ministério do Trabalho e Emprego. Empregos em Goiás. 2012. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/caged_>. Acesso: 29/09/2012.

CAVALCANTI, L.de S.. A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papirus, 2008.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M.. A dinâmica demográfica do Cerrado: o território goiano apropriado e cindido. In: GOMES, H. (coord.). Universo do Cerrado. Goiânia: PUC-GO, 2008 (volume II).

ESTEVAM, L.. O tempo da transformação: Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Edição do Autor, 1998.

FREITAS, C. A. L. L. de. Estruturação Urbana de Goiânia e Movimentos Sociais: A realidade construída no Vale dos Sonhos. In: PAULA, F. M. de A.; CAVALCANTI, L. de S. A cidade e seus lugares. Goiânia: Vieira, 2007.

GOMES, Horieste. A nova matriz espacial do território goiano. In: _____ (coord.). Universo do Cerrado. Goiânia: PUC-GO, 2008 (volume II).

GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A.; BARBOSA, A. S. Geografia: Goiás-Tocantins. Goiânia: EdUFG, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas do século XX. Departamento de Comunicação Social, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>>. Acesso: 23/10/2012.

_____. Rede de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. Cidades@. Goiânia: Sinopse do Censo Demográfico 2010. In: Censo Demográfico 2010, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso: 10/08/2012.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMONAD, E. Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense. 1996. 263 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MASSEY, D. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MORAIS, E. M. B.; CAVALCANTI, L.S. A cidade, os sujeitos e suas práticas espaciais cotidianas. In: MORAIS, E. M. B.; CAVALCANTI, L. S. (orgs.). A cidade e seus sujeitos. Goiânia: Vieira, 2011.

MOYSÉS, A.; SILVA, E. R. Ocupação e urbanização dos cerrados: desafios para a sustentabilidade. Cadernos Metrôpole, São Paulo, n. 20, p. 197-220, 2008.

PÁDUA, A. A. S. de. Migração, expansão demográfica e desenvolvimento econômico em Goiás. 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.



RODRIGUES, W. J.; BARREIRA, C. C. M. A.; CHAVEIRO, E. F. Trindade e o abraço ingrato da metrópole: uma análise sócio-territorial de Trindade II. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 56-69, set. 2008.

SANTOS, M. O Espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo / Rio de Janeiro: Record, 2005.

SEPLAM. Secretaria Municipal de Planejamento – Goiânia. Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Mapeamento dos vazios urbanos e lotes vagos. In: Planejamento de Goiânia 2006. Disponível em: <http://www.itco.org.br/qualificacao/arquivos/Aula_VU_080808-MODULO_1.pdf>. Acesso em: 29/07/2012.

TEIXEIRA NETO, A. O território goiano-tocantinense no contexto do território do Cerrado. In: GOMES, H. (coord.). Universo do Cerrado. Goiânia: PUC-G, 2008 (volume I).

ZAMBERLAM, J. O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre: Pallotti, 2004. Disponível em: <<http://www.net11.com.br/radorosario/R%20El%20dio%20Migrantes/Publicacoes/O%20Processo%20migrat%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso: 10/10/2012.